

**Como está o conhecimento de Jovens e Crianças a respeito de Educação Financeira?  
Uma análise do desempenho dos alunos na I Olimpíada Brasileira de Educação  
Financeira**

**FERNANDO NUNES MATTOS**

*Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul - UFMS*

**ANA CAROLINA DE SOUZA CAMPOS PLEUTIN MIRANDA RICKLI**

*Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul - UFMS*

**EMANOEL MARCOS LIMA**

*Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul - UFMS*

**ELISABETH DE OLIVEIRA VENDRAMIN**

*Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul – UFMS*

**RESUMO**

Em um cenário global movido pelo consumismo, se faz necessário estarmos cada vez mais atentos à educação financeira, no entanto, será que atualmente os jovens e crianças estão preparados para lidar com os recursos financeiros? O presente estudo buscou analisar o nível de conhecimento sobre Educação Financeira dos alunos de escolas do Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Para tal, utilizou dados obtidos da I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira, aplicada aos alunos regularmente matriculados nas instituições de ensino público e privado que se interessaram em participar da competição. Tendo como conteúdo das provas conhecimentos sobre: produção e consumo; orçamento pessoal e familiar; planejamento financeiro; custos, despesas, receitas, preço e lucro; conceitos de educação financeira; investimento; gastos domésticos; gastos pessoais; cartão de crédito; fluxo de caixa; moedas; valor do dinheiro no tempo; juros, capital, montante, desconto e amortização; e, cooperativismo de crédito. Com o intuito de analisar a qualidade do conhecimento sobre a temática, foi realizado o processamento dos resultados das provas, de forma quantitativa, por meio da análise fatorial descritiva. Os resultados demonstraram que apesar de verificar-se a melhora de tal conhecimento à medida que o aluno avança na idade escolar, este fator não é decisivo já que do nível 2 para o nível 3 houve uma queda no percentual de alunos com nota acima da média. As disparidades entre escola pública e privada se mostra expressiva, pois 84,1% dos alunos das escolas públicas contra 58,37% das escolas privadas obtiveram notas inferiores a 5,0. Essa diferença entre o setor público e privado exemplifica a defasagem na qualidade de ensino, ensejando no despreparo dos alunos de escolas públicas para o mundo das finanças.

**Palavras-Chave:** Educação Financeira, Alfabetização Financeira, Decisões Financeiras.

## 1. Introdução

De acordo com dados do maior e mais abrangente relatório global de alfabetização financeira do mundo, coletados pela empresa americana de pesquisa e opinião Gallup, o Brasil ficou posicionado em 74º no ranking global, demonstrando que somente 25% a 34% dos brasileiros tiveram domínio ao responder às questões de cunho financeiro, enquanto que países como os Estados Unidos, Canadá e Noruega alcançaram por volta de 65% a 75% de acertos. As entrevistas foram realizadas em mais de 140 países, com uma amostra acima de 150 mil entrevistados, cujo objetivo era investigar o conhecimento de quatro conceitos financeiros básicos: diversificação de riscos, inflação, cálculo e composição de juros (Gallup World Poll, 2015).

Em meados da década de 1990 - início do período histórico da estabilidade econômica com a implementação do Plano Real - a temática de acesso facilitado ao crédito, por meio de incentivos governamentais e com juros reduzidos, instigou a população brasileira ao consumismo demasiado, repercutindo no endividamento das famílias, especialmente as mais humildes e de pouco conhecimento sobre os princípios financeiros (Olivieri, 2009).

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNT), realizada em Campo Grande/MS, durante todo o ano de 2019, mostrou-se que a média da população endividada é de 57,66% dos quais 30,93% estão com contas atrasadas e 13,16% não teriam condições de pagar suas dívidas, salientando o crescente aumento desses percentuais nos três últimos meses do período. Além disso, quando evidenciado o mês de dezembro, as dívidas com o cartão de crédito correspondem a 67,8% do total dos passivos, tendo como base de grandeza que dessa amostra 83,7% devem mais de 10 salários mínimos.

Estes números reforçam a necessidade de implementar a educação financeira, sendo a principal etapa aliada para que a cidadania financeira se torne sólida e eficiente no MS e em qualquer outro lugar do Brasil, o que afeta diretamente a dificuldade na concessão de crédito, diminuição do consumo privado e crescimento econômico. Segundo o relatório da PEIC/MS (2019):

dada a importância das consequências econômicas e sociais do endividamento das famílias é crucial acompanhar a tendência do endividamento e proceder a um estudo sistemático da natureza e dimensão do mesmo. Com efeito, o endividamento põe em questão o equilíbrio orçamental do indivíduo ou dos seus agregados familiares, com importantes implicações sociais e psicológicas, como a marginalização e a exclusão, problemas psíquicos, alcoolismo, dissolução das famílias, perturbações da saúde física e mental dos filhos das famílias endividadas etc (PEIC-MS, 2019, p.11).

Diante do exposto, tanto no cenário nacional, quanto no Estado Mato Grosso do Sul, com destaque de dados de sua capital – Campo Grande, há de se ter atenção no rumo do processo de alfabetização financeira dos cidadãos, principalmente das crianças e jovens que são o futuro do nosso país. Pensando nisso, a I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira nasceu com o propósito de incentivar a discussão da temática de educação financeira nas escolas, promovendo a inclusão social por meio da competição, além de, por meio de seus resultados, fornecer informações para o desenvolvimento de políticas públicas, no sentido de minimizar os problemas financeiros existentes na nossa sociedade.

Nessa perspectiva, percebe-se que no âmbito da ciência econômica as tendências nacionais revelam a indispensabilidade de maior foco na educação financeira de nossas crianças e jovens. Aditivamente, Savoia, Saito e Santana (2007) dizem que as instituições de ensino exercem papel imprescindível na formação de uma cultura para poupança e conscientização

acerca dos instrumentos oferecidos por um sistema financeiro, para que sejam atendidas as demandas pessoais. Concomitantemente, estudos demonstram a importância de compreender os fatores que determinam a socialização dos conhecimentos financeiros no decorrer da formação das crianças, jovens e adolescentes, vislumbrando adultos conscientes sobre a importância do gasto financeiro sustentável.

Dessa forma, o presente artigo sucedeu para analisar o nível de conhecimento sobre Educação Financeira dos alunos de escolas do e Estado de Mato Grosso do Sul, sendo a fonte de dados os resultados da aplicação das provas da Olimpíada Brasileira no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Explanou-se sobre a necessidade de uma remodelagem curricular, acrescentando o estudo de finanças já no ensino fundamental, para auxiliar no processo de entendimento do consumo consciente, o planejamento econômico e financeiro, no início da infância das crianças, cooperando para a autonomia na tomada de decisões no decorrer de sua vida, livrando-os de tornarem-se adultos endividados e conseqüentemente promovam a mudança cultural que a sociedade brasileira necessita.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Visão da Educação Financeira Internacionalmente

A inclusão financeira tem sido um tema discutido no mundo por diversos países, pois tem-se entendido que por meio dela os indivíduos poderão fazer melhor uso dos produtos financeiros disponíveis. Um estudo sobre reguladores financeiros de 142 economias mostrou que 88% delas tinham algum aspecto da inclusão financeira, educação financeira ou proteção financeira do consumidor em seu mandato (CGAP, 2010). A inclusão financeira refere-se ao processo de promoção do acesso fácil, oportuno e adequado a diversos produtos e serviços financeiros regulamentados e ampliando seu uso por todos os segmentos da sociedade através da implementação de abordagens eficientes e inovadoras sob medida, incluindo sensibilização e educação financeira, com vista a promover o bem-estar financeiro, bem como inclusão econômica e social.

Em 2002 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconheceu oficialmente a importância da alfabetização financeira com o lançamento de um projeto único e abrangente. Em 2008, o projeto foi aprimorado com a criação da Rede Internacional de Educação Financeira (OCDE/INFE). Em 2010, a OCDE/INFE lançou um projeto sobre o papel da educação financeira para a inclusão financeira. Nesse contexto, prevê-se que a educação financeira para inclusão financeira atinja: 1) aqueles sem produtos financeiros formais; 2) aqueles que usam uma gama muito limitada de produtos; e 3) inexperientes, consumidores incluídos recentemente. Esses três grupos-alvo são tipicamente agrupados sob o cabeçalho único de "excluídos financeiramente" pela OCDE.

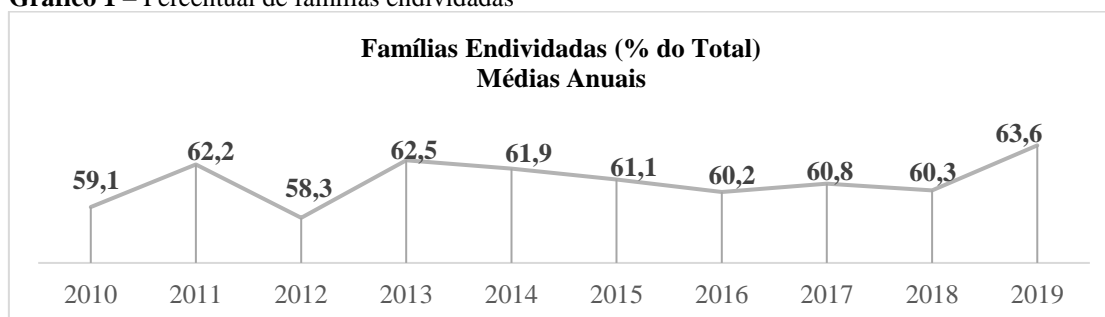
Ainda a OCDE define educação financeira como o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros melhoram sua compreensão de produtos, conceitos e riscos e, através de informações, instruções e/ou conselhos objetivos, desenvolvam habilidades e confiança para se tornarem mais consciente dos riscos e oportunidades financeiros, façam escolhas informadas, saibam onde procurar ajuda e tomem outras ações eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005).

### 2.2 Endividamento e Analfabetismo Financeiro no Brasil

Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Nacional) apurada pela entidade sindical Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo (CNC), mês de referência dezembro/2019, mostrou que o percentual de famílias brasileiras com dívidas aumentou em dezembro de 2019, alcançando 65,6% do total. Também houve alta em relação a dezembro de 2018. Já o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso recuou entre os meses de novembro e dezembro de 2019, para 24,5%, mas permaneceu acima do patamar observado no mesmo período do ano anterior. O percentual que relatou não ter condições de pagar suas contas em atraso também caiu na comparação mensal, totalizando 10%, aumentando, contudo, na comparação anual (CNC, 2019). Abaixo segue o Gráfico 1 que demonstra a média anual de famílias brasileira endividamento nos últimos 10 anos.

**Gráfico 1** – Percentual de famílias endividadas



**Fonte:** elaborado pelos autores com base nos dados fornecidos pelo relatório PEIC/2019

O Cartão de Crédito foi apontado em primeiro lugar como um dos principais tipos de dívida por 79,8% das famílias endividadas, seguido por Carnês, com 15,6%, e, em terceiro, Financiamento de Carro, responsável por 9,9% do endividamento. O Cartão de Crédito é um produto financeiro com a taxa de juros mais cara disponível, constatando que o usuário do crédito tem feito escolhas ruins para seu bem-estar financeiro (CNC, 2019).

O Mato Grosso do Sul, segundo dados do Serasa, figura no ranking de Estados mais endividados do país na 17ª posição, com 38,4% da sua população adulta inadimplente, representando 1,3% do total do país. Estes dados são de 06/2019 e representam um crescimento de 0,7% desde 06/2018. Em Roraima a situação é mais alarmante, este Estado está em 1º lugar, com 62% da população adulta inadimplente (Serasa Experian, 2019).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico há evidências de que, em muitos casos, os problemas de dívidas são causados mais pela falta de educação financeira básica do que pela falta de renda (OCDE, 2005).

### 2.3 Educação Financeira no Brasil

No Brasil tem-se a inclusão financeira como meta do Banco Central do Brasil desde os anos 90, porém foi formalmente reconhecida como objetivo no ano de 2010. O governo brasileiro criou posteriormente o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para gerir e coordenar programas da estratégia, propôs que a educação financeira fosse disseminada em ações para escolas de nível fundamental e médio, e também em ações para aposentados e mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família. O Banco Central do Brasil (BCB), no Relatório de Cidadania Financeira de 2018, define a cidadania financeira como o “exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros”, do qual entende-se que a inclusão financeira e a educação financeira (bases conceituais deste trabalho) são condições básicas, e, portanto, objetivos a serem seguidos para que haja cidadania financeira de fato (BCB, 2018).

Uma pesquisa realizada entre os anos de 2002 e 2009 sobre a experiência dos habitantes de Autazes, município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Manaus, no Estado do

Amazonas, constatou que indivíduos que anteriormente não tinham acesso a serviços financeiros se viam capazes de acessar não apenas produtos bancários como o de pagamentos, mas também crédito por meio de empréstimos consignados. Devido à falta de regulamentação de crédito adequada e a falta de mercado competitivo, consumidores iniciantes e desinformados tomavam decisões ruins que os deixavam cada vez mais endividados. Os autores concluíram que “para superar as tensões e restrições relacionados ao alto endividamento das pessoas e à falta de informações, acreditamos que algum tipo de ação educacional necessário, abrangendo as necessidades dos habitantes locais e as características dos serviços financeiros disponíveis” (Diniz et al., 2011, p. 492).

Entre os jovens, os dados apurados pela OCDE na prova de letramento financeiro do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), avaliação internacional que mede o desempenho escolar de jovens de 15 anos, aplicada em 2015, são da mesma forma preocupantes. O Brasil ficou na última colocação entre os 15 países participantes. Apenas 2,6% dos estudantes brasileiros conseguiram alcançar o nível mais alto de proficiência (nível 5), o que significa ser capaz de analisar produtos financeiros complexos, resolver problemas financeiros não rotineiros e demonstrar uma compreensão do cenário financeiro mais amplo. 53,3% dos alunos brasileiros está abaixo do nível mínimo proficiência, segundo a OCDE, responsável pela avaliação (OECD, 2017).

## 2.4 I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira

O projeto intitulado “Educação Financeira para toda a Vida” foi elaborado no decorrer de um curso de especialização em Finanças Empresariais em que o professor Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena participava, à medida que era observado o total despreparo dos seus alunos para controlar suas despesas. De 2008 em diante o projeto, que faz parte do projeto de extensão desenvolvido pelo CCSA da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, foi sendo desenvolvido com o objetivo de contribuir com a sociedade e fazer com que as pessoas conheçam, um pouco mais, como administrar seu próprio dinheiro. Além de diversas pesquisas e aulas na área de educação básica financeira, o projeto desenvolveu também a I e II Olimpíada Paraibana de Educação Financeira, nos anos de 2017 e 2018 (Educação Financeira para toda a Vida, 2019).

Em 2019 o projeto foi expandido para nível nacional paralelamente à III Olimpíada Paraibana de Educação Financeira. A I Brasileira de Educação Financeira faz parte da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem o intuito de estimular e promover o estudo da Educação Financeira nas instituições de ensino de cada Estado da federação brasileira. Cerca de 40 mil estudantes participaram dessa primeira edição no Brasil (UFPB, 2019).

Os alunos foram divididos em 5 níveis, sendo Nível 1 - alunos do 2º ano ao 3º ano do ensino fundamental I; Nível 2 - alunos do 4º ano ao 5º ano, do ensino fundamental I; Nível 3 - alunos do 6º ano ao 7º ano, do ensino fundamental II; Nível 4 - alunos do 8º ano ao 9º ano, do ensino fundamental II; e Nível 5 - alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio. As provas foram divididas em três fases, em que os alunos responderam a questões sobre juros, uso do dinheiro, perfil de gastos e outras questões correlatas, com o objetivo de avaliar seus conhecimentos na área. A prova da 1ª Fase era composta de 10 (dez) questões de múltipla escolha para o nível 1 e de 15 (quinze) questões de múltipla escolha para os demais níveis. Só passaram para a 2ª Fase da I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira os alunos que acertarem 75% da primeira prova, ou até 30% do número de inscritos da primeira fase.

A prova era composta de acordo com os níveis, da seguinte forma: o Nível 1 com 12 (doze) questões objetivas e 3 (três) questões subjetivas, totalizando assim, 15 (quinze) questões.

Para os demais níveis, 15 (quinze) questões objetivas e 5 (cinco) questões subjetivas, totalizando 20 (vinte) questões. Para a 3ª Fase da I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira, eram selecionados apenas as 3 melhores posições (Ouro, Prata e Bronze) de cada Estado, respeitando o número mínimo de três alunos por cada nível, sendo que nesta fase a prova era composta da seguinte forma: o Nível 1 com 17 (dezesete) questões objetivas e 3 (três) questões subjetivas, totalizando assim, 20 (vinte) questões, e para os demais níveis, 20 (vinte) questões objetivas e 5 (cinco) questões subjetivas, totalizando 25 (vinte e cinco) questões.

### 3. Procedimentos Metodológicos

Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória com o uso de dados quantitativos e qualitativos primários e secundários. Os dados para a realização dessa pesquisa, foram obtidos mediante pedido junto a I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEP), utilizando os resultados da primeira fase das provas aplicadas *in loco* para todos os alunos do Estado de Mato Grosso do Sul regularmente matriculados nas instituições de ensino pública ou privada inscritas no desafio, portanto a amostra é não probabilística por conveniência (COZBY, 2006).

A Olimpíada realizou-se com a aplicação de uma prova com questões objetivas sobre conhecimentos de educação financeira, subdividida em cinco níveis, conforme Tabela 1.

**Tabela 1** – Níveis da prova aplicada na I Olimpíada

<b>Nível 1</b>	alunos do 2º ano ao 3º ano do ensino fundamental I
<b>Nível 2</b>	alunos do 4º ano ao 5º ano, do ensino fundamental I
<b>Nível 3</b>	alunos do 6º ano ao 7º ano, do ensino fundamental II
<b>Nível 4</b>	alunos do 8º ano ao 9º ano, do ensino fundamental II
<b>Nível 5</b>	alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados da I OBEP (2019).

Procedendo a sua realização no dia 20/08/2019, sendo composta de 10 questões de múltipla escolha para o nível 1 e de 15 questões de múltipla escolha para os demais níveis, totalizando 10/10 (dez acertos de dez questões) e 15/15 (quinze acertos de quinze questões), os acertos obtidos foram alterados proporcionalmente para estar contidos dentro de uma escala de notas que vai de 0 à 10 pontos, tendo uma duração de 2h00min (Duas horas) para sua realização do desafio, no turno optante pela instituição de ensino, conforme edital.

A amostra da pesquisa foi delimitada quanto ao número de respondentes, compreendendo um total de 873 alunos do ensino fundamental e médio, sendo que foram analisadas 4 escolas da rede pública e 3 da rede privada do Estado de MS, caracterizando o objetivo de cunho descritivo e abordagem quantitativa.

O mecanismo de pesquisa foi formado trazendo informações a respeito do nível de educação financeira dos alunos do Estado de MS. Tendo como base o resultado das provas da (OBEP), foram apuradas os dados relativos a questões de aspectos individuais, tais como: gênero, turno, nível, tipo de instituição de ensino e pontuação obtida.

Utilizando-se de ferramenta do *Excel* para o tratamento dos dados básicos (frequência, média, moda, erro padrão, variância, desvio padrão, entre outros), assim como, o *software* SPSS no sentido de desenvolver o apropriado tratamento estatístico abrangente na correlação e tabulação das informações. Através da aplicação do teste da probabilidade de uma distribuição binomial de forma a correlacionar a nota com as demais questões verificou-se de forma quantitativa o processamento do resultado das provas por meio da análise fatorial, objetivando explicar a correlação ou covariância de dependência dos fatores comparados.

Em contrapartida, houve a análise de Inferência Estatística, pelo método do Qui-Quadrado, realizado em Excel, em que se procura comparar a interferência das variáveis qualitativas e averiguar se uma interfere noutra.

Conforme Fávero et al (2009, p. 149) “o teste Qui-quadrado pode ser utilizado como uma extensão do teste binomial e é aplicado a uma amostra em que a variável nominal assume duas ou mais categorias. O teste compara as frequências observadas com as esperadas em cada categoria”.

#### 4. Análise e Discussão do Resultado

Inicialmente, serão apresentados os resultados obtidos por meio do processamento dos dados das provas que originaram as questões utilizadas na pesquisa, descrevendo a análise das frequências em relação as respostas, estando contidas a seguir na Tabela 2.

**Tabela 2** – Dados primários característicos dos resultados da Olimpíada

Variáveis	Fatores	Nº Alunos	%
Gênero	Masculino	461	52,81%
	Feminino	412	47,19%
	<b>Total</b>	<b>873</b>	<b>100,00%</b>
Turno	Matutino	452	51,78%
	Vespertino	322	36,88%
	Noturno	3	0,34%
	Integral	96	11,00%
	<b>Total</b>	<b>873</b>	<b>100,00%</b>
Série	Nível 1 = 2º e 3º série	143	16,38%
	Nível 2 = 4º e 5º série	127	14,55%
	Nível 3 = 6º e 7º série	240	27,49%
	Nível 4 = 8º e 9º série	151	17,30%
	Nível 5 = 1º, 2º e 3º série do Ensino Médio	212	24,28%
	<b>Total</b>	<b>873</b>	<b>100,00%</b>
Instituição de Ensino	Pública	270	30,93%
	Privada	603	69,07%
	<b>Total</b>	<b>873</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados da IOBEF (2019).

Nota-se que, através do teste binomial onde estão correlacionados o número total de alunos do qual participaram da amostra da pesquisa com as questões apuradas, vale destacar pontos principais em cada uma delas: em relação ao gênero não há desproporção relevante, tendo proximidade na quantidade de respondentes do gênero masculino e feminino, equiparando-se a igualdade.

Quanto ao turno, a maioria dos estudantes (51,78%) estudam no período matutino, mostrando uma superioridade quantitativa perante os demais turnos, seguido do período vespertino com 36,88%. Na divisão por nível de séries o nível 3 que engloba a 6ª e 7ª série detém a maioria dos alunos 27,49%, sendo estes do ensino fundamental. Enquanto os alunos do ensino médio, representaram 24,28% do total da amostra. Importante salientar que pouquíssimos estudantes do período noturno participaram da olimpíada no Estado de Mato Grosso do Sul, apenas 3 estudantes, representando 0,34% do total da amostra. No que se refere a instituição de ensino 69,07% dos alunos são de escolas privadas.

**Tabela 3** – Dados primários quantitativos dos resultados da Olimpíada

Pontuação	Nº de Alunos	% Total de Alunos
0,00	12	1,37
0,67	14	1,60
1,00	18	2,06
1,33	49	5,61
2,00	82	9,39
2,67	84	9,62
3,00	39	4,47
3,33	97	11,11
4,00	115	13,17
4,67	69	7,90
5,00	18	2,06
5,33	77	8,82
6,00	88	10,08
6,67	40	4,58
7,00	11	1,26
7,33	34	3,89
8,00	21	2,41
8,67	3	0,34
9,33	2	0,23
<b>Total</b>	<b>873</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da IOBEF (2019).

Com relação a pontuação obtida verifica-se que a maioria, 49,48% dos pontos, estão localizados entre 3 a 6 acertos, calculando-se, através da estatística descritiva, uma média de notas de valor igual à 4,05 e uma moda de notas 4,00 que corresponde a 13,17% da amostra, com 115 alunos alcançando esse resultado. A variância da amostra é de 3,63 e o desvio padrão de 1,90, aproximadamente. Outro dado importante é que 1,37% dos alunos zeraram a prova e somente 8,13% tiraram notas igual ou superior a 7, dos quais somente 0,23% conseguiu alcançar notas maiores que 9, que se refere à 2 alunas que fizeram 14 pontos, ambas de escola privada, do nível 3 e da mesma escola. Nenhum aluno obteve quesito máximo neste desafio.

As Tabelas a seguir demonstrarão a correlação dos dados por meio da análise fatorial descritiva, da qual objetiva verificar ligações das variáveis observáveis e dizer se existe associação entre as variáveis que estão na linha que no caso são os pontos obtidos, em contraste com as variáveis que estão nas colunas, tipo de instituição de ensino (Tabelas 4 e 5) e o gênero (Tabela 6 e 7).

**Tabela 4** – Tabela Pontuação X Tipo de Instituição de Ensino

Pontuação	Escola Pública	% Total de Alunos	Escola Privada	% Total de Alunos
0,00	3	0,34	9	1,03
0,67	5	0,57	9	1,03
1,00	6	0,69	12	1,37
1,33	24	2,75	25	2,86
2,00	40	4,58	42	4,81
2,67	41	4,70	43	4,93
3,00	12	1,37	27	3,09
3,33	41	4,70	56	6,41
4,00	41	4,70	74	8,48
4,67	14	1,60	55	6,30
5,00	3	0,34	15	1,72



5,33	17	1,95	60	6,87
6,00	18	2,06	70	8,02
6,67	4	0,46	36	4,12
7,00	0	0	11	1,26
7,33	1	0,11	33	3,78
8,00	0	0	21	2,41
8,67	0	0	3	0,34
9,33	0	0	2	0,23
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>31</b>	<b>603</b>	<b>69</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da IOBEF (2019).

Pela análise estatística descritiva, observa-se que 84,1%, aproximadamente, dos alunos de escola pública obtivera grau inferior a 5,0, enquanto na escola privada o índice foi de 58,37%. A diferença nos resultados é significativa, de quase 26%, o que demonstra não apenas a má qualidade da educação quanto ao tema da educação financeira. Infelizmente, isso é observado também em matérias básicas e tradicionais da matriz curricular.

Quando observado os dados de 2018 do maior estudo sobre educação no mundo, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado pela Organização e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do qual foi englobado 79 países, observamos que o Brasil demonstra uma estagnação desde 2009, se classificando entre os 20 piores países do ranking, revelando que 68,1% dos estudantes não dispõem nem mesmo do nível básico de conhecimento em matemática para o pleno exercício da cidadania, na leitura chega a 50% e em ciências a 55%.

Quando investigado a diferença de pontuação entre escolas públicas e privadas é evidente a desigualdade nos níveis de conhecimento desde as séries primárias, na 5ª série do ensino fundamental a média obtida pelas escolas públicas foi de 209,13 pontos, contra 241,62 das particulares, uma discrepância de 32,49 pontos e que aumenta ainda mais em matemática, a disparidade é de 33,29 pontos (as privadas alcançaram média de 251,82 pontos e as públicas 218,56).

Outrossim, embora haja uma melhora na pontuação de acordo com o ganho de conhecimento ao decorrer dos anos o desequilíbrio só aumenta quando comparado ao 3º ano do ensino médio, em que a média das escolas públicas na área de português é de 259,45 pontos e nos particulares 314,75, uma diferença significativa de 55,30. Já em matemática a desproporção chega aos incríveis 70,09 pontos (as privadas tiveram 329,48 pontos, e as públicas 259,39). O Estado de Mato Grosso do Sul, dentre as unidades federativas, apresentou piora na performance na comparação com levantamentos anteriores (OECD, 2019). A Tabela 5, pelo teste do Qui-Quadrado, corrobora esse resultado de relevância.

**Tabela 5** – Teste Qui-Quadrado entre variáveis Acima/Abaixo da Média e Tipo de Instituição de Ensino

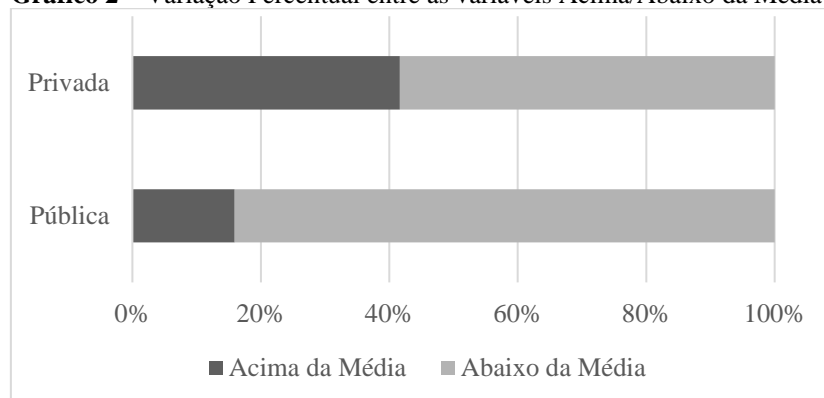
Acima/Abaixo da Média	Dado Real		Dados Esperados	
	Pública	Privada	Pública	Privada
Acima	43	251	90,93	203,07
Abaixo	227	352	179,07	399,93
Totais	270	603	270	603
Total Geral	873		873	
<b>Teste Qui-Quadrado</b>	<b>0,00000</b>			

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da IOBEF (2019).

A Tabela 5 analisou os dados pela Análise de Inferência Estatística, pelo método do Qui-Quadrado, realizado em Excel, em que se procura comparar 2 variáveis qualitativas e averiguar se uma interfere noutra. Para tanto, a variável quantitativa “Pontuação”, foi

transformada em variável qualitativa “Acima/Abaixo da Média”, variável que devolve o elemento “Acima” para os indivíduos que tiraram nota acima ou igual à 5,0 e “Abaixo” nos demais casos. O resultado obtido é de valor-p inferior a 0,05 (valor de grau de significância 0,05 escolhido por ser mais usual), concluindo-se que há evidência estatística de que haja associação da variável “tipo de instituição de ensino”, com o resultado obtido na prova satisfatório.

**Gráfico 2** – Variação Percentual entre as variáveis Acima/Abaixo da Média e Tipo de Instituição de Ensino



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados da IOBEF (2019).

O Gráfico 2 exemplifica de maneira clara que a variável tipo de instituição de ensino influencia significativamente no resultado satisfatório, pois em quando a instituição é privada os resultados acima da média são maiores que o dobro do que as de escola pública.

No relatório Pisa anterior, de 2015, o resultado mostrava que estudantes mais ricos em escolas particulares se saíram apenas um pouco melhor que colegas que estudam na rede pública. Outros países se saíram pior do que o Brasil no relatório da OCDE.

Entre os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que organiza o relatório), o desempenho em ciências de um aluno de nível socioeconômico mais elevado é, em média, 38 pontos superior ao de um aluno com um nível socioeconômico menor. No Brasil, esta diferença corresponde a 27 pontos, o que equivale, aproximadamente, ao aprendizado de um ano letivo"(OECD, 2015, p. 196).

São resultados diferentes expedidas pelo mesmo órgão, porém este trabalho apresentou resultado semelhante os PISA de 2018, como restou demonstrado.

**Tabela 6** – Tabela Pontuação X Gênero

Pontuação	Feminino	% Total de Alunos	Masculino	% Total de Alunos
0,00	3	0,34	9	1,03
0,67	5	0,57	9	1,03
1,00	10	1,15	8	0,92
1,33	27	3,09	22	2,52
2,00	34	3,89	48	5,50
2,67	42	4,81	42	4,81
3,00	23	2,63	16	1,83
3,33	49	5,61	48	5,50
4,00	56	6,41	59	6,76
4,67	35	4,01	34	3,89
5,00	11	1,26	7	0,80
5,33	37	4,24	40	4,58

6,00	41	4,70	47	5,38
6,67	18	2,06	22	2,52
7,00	6	0,69	5	0,57
7,33	11	1,26	23	2,63
8,00	6	0,69	15	1,72
8,67	1	0,11	2	0,23
9,33	2	0,23	0	0
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>48</b>	<b>456</b>	<b>52</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da I OBEF (2019).

Apesar das 2 melhores notas terem sido de meninas, observou-se que 34,63 das meninas, contra 65,38% obtiveram notas acima ou iguais a 8,00. Apesar deste dado, por outros métodos, conclui-se que a variação entre esses fatores possui praticamente nenhuma discrepância. Segue abaixo análise de inferência pelo método qui-quadrado.

Tabela 7 – Teste Qui-Quadrado entre variáveis Acima/Abaixo da Média e Gênero da amostra

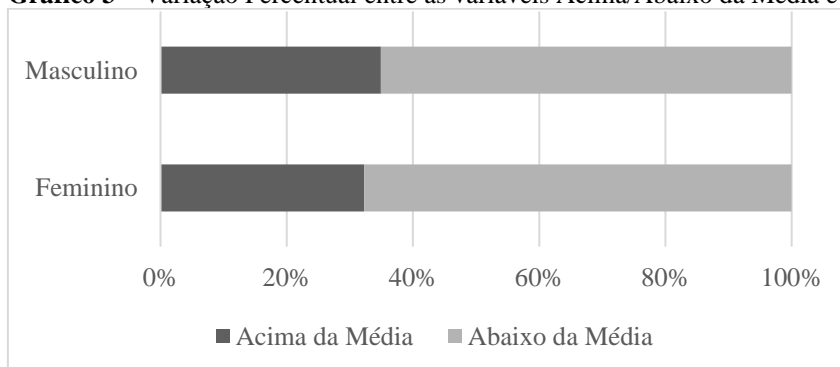
Acima/Abaixo da Média	Dado Real		Dado Esperado	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Acima	133	161	138,75	155,25
Abaixo	279	300	273,25	305,75
Totais	412	461	412	461
Total Geral	873		873	

Teste Qui-Quadrado **0,40952**

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da I OBEF (2019).

A Tabela 7 analisou os dados foi realizado em Excel, e procura comparar 2 variáveis qualitativas e averiguar se uma interfere noutra. Ainda, a variável quantitativa “Pontuação”, foi transformada em variável qualitativa “Acima/Abaixo da Média”, variável que devolve o elemento “Acima” para os indivíduos que tiraram nota acima ou igual à 5,0 e “Abaixo” nos demais casos. O resultado obtido é de valor-p superior a 0,05 (valor de grau de significância 0,05 escolhido por ser mais usual), concluindo-se que não há evidências de que haja associação da variável Gênero, com o resultado satisfatório obtido na prova.

Gráfico 3 – Variação Percentual entre as variáveis Acima/Abaixo da Média e Gênero da amostra



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da I OBEF (2019).

O Gráfico 3 exemplifica de maneira clara que a variável gênero pouco influência no resultado satisfatório, pois em ambos os sexos, as métricas estão semelhantes. Ainda sobre o gênero, pela análise estatística descritiva, observou-se que o sexo masculino atingiu um maior percentual de acertos (34,92%) do que os alunos do gênero feminino (32,28%), verificando que 54,76% dos alunos sexo masculino conseguiram resultado acima da média, contra 45,24% das alunas que alcançaram mesmo êxito.

Segundo o estudo realizado pela OCDE, o grau de conhecimento financeiro nacional deixa a desejar como um todo, porém se acentuam entre as mulheres, no qual 51% atingiu a pontuação mínima de 5 pontos, contra 61% dos homens (OCDE,2016). A especialista Flore-Ane, administradora principal da OCDE, na área da educação financeira afirma: “Não é fácil de explicar. Os testes mostram que as mulheres e as jovens tendem a ter menos capacidades numéricas. Há também um problema de confiança. Quando se faz um teste que envolve alguma matemática, as mulheres tendem a dizer que não sabem mesmo quando sabem a resposta. É o contrário dos homens: tendem a ter confiança em excesso, o que podem ser problemas nos investimentos, por exemplo, ao tomarem demasiado risco” (Almas, “As mulheres tendem a níveis mais baixos de conhecimento de finanças do que os homens”, 2017). Como já demonstrado anteriormente, este artigo chegou à conclusão distinta dessas acima citadas.

**Tabela 8 – Pontuação X Turno**

Pontuação	Matutino	% total de Alunos	Vespertino	% total de Alunos	Integral	% total de Alunos	Noturno	% total de Alunos
0,00	4	0,46	8	0,92	0	0	0	0
0,67	6	0,69	3	0,34	5	0,57	0	0
1,00	8	0,92	10	1,15	0	0	0	0
1,33	25	2,86	19	2,18	5	0,57	0	0
2,00	41	4,70	35	4,01	6	0,69	0	0
2,67	46	5,27	27	3,09	11	1,26	0	0
3,00	19	2,18	20	2,29	0	0	0	0
3,33	50	5,73	35	4,01	12	1,37	0	0
4,00	51	5,84	50	5,73	14	1,60	0	0
4,67	36	4,12	24	2,75	8	0,92	1	0,11
5,00	11	1,26	7	0,80	0	0	0	0
5,33	40	4,58	29	3,32	7	0,80	1	0,11
6,00	48	5,50	25	2,86	15	1,72	0	0
6,67	22	2,52	13	1,49	4	0,46	1	0,11
7,00	8	0,92	3	0,34	0	0	0	0
7,33	20	2,29	7	0,80	7	0,80	0	0
8,00	14	1,60	5	0,57	2	0,23	0	0
8,67	2	0,23	1	0,11	0	0	0	0
9,33	1	0,11	1	0,11	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>452</b>	<b>52</b>	<b>322</b>	<b>37</b>	<b>96</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da I OBEF (2019).

Quando verificado a influência do turno na educação financeira é revelado que 36,73% dos alunos que estudam em período matutino tiraram nota acima da média, em contraste com 36,46% do período integral e 28,26% do vespertino. Como a amostra possuía apenas 3 indivíduos do turno noturno, o resultado ficou bem acima dos demais turnos, sendo que 66,67% dos alunos tiveram pontuação acima da média. Os valores são bem próximos (exceto período noturno, por motivo já justificado), com o período vespertino atrás do integral em torno de 8,2%.

A pesquisa de Limonta sobre ensino e aprendizagem na escola de tempo integral, confirma que: “A escola de tempo integral pode vir a ser mais do que um projeto, pode se tornar um verdadeiro movimento revolucionário, pois nos leva a representar e a dimensionar o teórico, o político e o pedagógico, ressignificando a função social da educação e da instituição escolar, nos levando como política pública, a uma nova história, fornecendo mais conhecimento e desenvolvimento para toda a sociedade” (Limonta, 2013, p.12). Mais uma vez a análise dos dados contraria a pesquisa sobre o tema. No entanto, cabe lembrar que os dados analisados no presente artigo são não probabilísticos por conveniência.

**Tabela 9** – Pontuação X Séries

Pontuação	Nível 1 - 2ª e 3ª Séries Fundamental	Nível 2 - 4ª e 5ª Séries Fundamental	Nível 3 - 6ª e 7ª Séries Fundamental	Nível 4 - 8ª e 9ª Séries Fundamental	Nível 5 - 1º 2º 3º Ensino Médio	Total Geral
0,00	11	0	1	0	0	12
0,67	0	0	5	3	6	14
1,00	18	0	0	0	0	18
1,33	0	13	18	8	10	49
2,00	15	15	29	10	13	82
2,67	0	19	37	8	20	84
3,00	39	0	0	0	0	39
3,33	0	18	38	17	24	97
4,00	17	19	40	13	26	115
4,67	0	12	19	15	23	69
5,00	18	0	0	0	0	18
5,33	0	0	0	0	1	1
5,33	0	13	19	23	21	76
6,00	12	6	19	18	33	88
6,67	0	7	6	12	15	40
7,00	11	0	0	0	0	11
7,33	0	3	3	16	12	34
8,00	2	2	4	6	7	21
8,67	0	0	0	2	1	3
9,33	0	0	2	0	0	2
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>127</b>	<b>240</b>	<b>151</b>	<b>212</b>	<b>873</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da IOBEF (2019).

Conforme subdivisão das séries em níveis, como consta na tabela 9, apurou-se que no nível fundamental 1 (níveis 1 e 2), 27,40% do grupo atingiram notas acima da média, seguido do nível fundamental 2 (níveis 3 e 4) com 33,25% com 48,8%, e por fim o nível 5 que engloba o ensino médio com 42,45%. O nível 4 lidera o ranking, com 50,99% dos alunos acima da média e a série campeã é a 8ª série do ensino Fundamental 2, com 81,67% dos alunos conseguindo média 5,0 no desafio. Houve indivíduos que não tinham a informação da série preenchida, porém, por estarem no nível 5 foram contabilizados juntos com o ensino médio (63 indivíduos).

Esclarecendo que do nível fundamental os alunos que tiveram melhor desempenho estão na 8ª e 9ª Série, sucedidos pelos alunos do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, demonstrando que há o amadurecimento da aprendizagem ao longo dos anos de estudo, fazendo com que o maior percentual de notas altas estejam nos últimos níveis escolares, onde espera-se que haja maior familiaridade com o tema e responsabilidade com assuntos envolvendo finanças.

## 5. Considerações Finais

O presente artigo buscou mensurar a atual situação em que se encontra o nível de educação financeira dos jovens e crianças no Estado de MS, fundamentando a importância do conhecimento e aplicabilidade no cotidiano, bem como, o impacto negativo proveniente de sua ausência. Por conseguinte, os resultados indicaram que há defasagem no grau de conhecimento sobre finanças, expondo suas disparidades de forma mais expressiva entre os fatores analisados na comparação dos índices de escolas públicas contra os das privadas.

Em relação ao engajamento feminino no mundo das finanças se concluiu que não há evidências de que haja associação da variável Gênero, detectando que embora haja uma pequena diferença percentual, a mesma não atingiu um grau de significância relevante, não interferindo no resultado ser do gênero masculino ou feminino.

Em relação ao turno estudado é expresso a paridade entre o ganho de conhecimento dos alunos que se encontra acima da média, do qual (36,73%) estudam durante o período matutino e (36,46%) estão no integral, carecendo uma análise mais profunda no que tange o custo benefício de acordo com o grau de conhecimento adquirido por mais tempo de estudo. Devendo investir adequadamente a distribuição do seu tempo em tarefas, atividades diversas e de qualidade, fazendo um adequado uso do tempo, tornando a vivência na escola em tempo integral mais proveitosa.

No que tange a avaliação conforme os níveis de escolaridade, a maior defasagem se encontra na base, demonstrando que infelizmente apenas 27,40% das crianças que estão no nível fundamental I (2ª a 5ª série) conseguiram estar acima da média. E mesmo que ao longo do tempo os índices tendem a melhorar é evidente a importância dos ensinamentos da alfabetização financeira na fase inicial dos estudos, pois é na consolidação de uma base bem estruturada que se desenvolve hábitos e costumes para uma sólida estrutura se levantar.

No que diz respeito às instituições de ensino, evidências encontradas demonstram que apesar de haver um amadurecimento no nível de conhecimento sobre educação financeira dos estudantes no decorrer dos anos de estudo, tais índices mostram ser relativamente baixo, principalmente quando comparados com os de escolas privadas em conformidade com os das públicas, onde observa-se uma discrepância de quase 26%, sendo necessário uma melhoria na base curricular, remetendo maior envolvimento no processo de formação financeira dos indivíduos mais carentes.

Ademais, a recente inclusão do tema transversal de educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para a educação infantil e o ensino fundamental, homologada em dezembro de 2017, se mostra um importante passo na construção de uma sociedade mais consciente e igualitária sobre o uso dos recursos financeiros disponíveis, pois estas crianças estarão mais preparadas para lidar com suas finanças, quando chegar o momento, evitando endividamento, falência e demais problemas correlatos.

Por fim, os níveis de ensino, gênero, turno e instituição de ensino são fatores que podem influenciar e determinar a formação financeira dos alunos, devendo haver maior participação do governo em promover ações sociais nas escolas, transformando assim o processo de educação financeira dos jovens e impactando positivamente toda a sociedade. Pois, caso isso não seja efetivamente aplicado, o analfabetismo financeiro continuará e os futuros adultos não estarão preparados para lidar adequadamente com situações de cunho financeiro, pondo em risco não apenas sua vida econômica e social como também o destino de toda uma nação.

## Referências

- Almas, D. (2017). As mulheres tendem a níveis mais baixos de conhecimento de finanças do que os homens. Disponível em: <https://observador.pt/2017/07/14/as-mulheres-tendem-a-ter-niveis-mais-baixos-de-conhecimento-de-financas-do-que-os-homens/>
- BCB [BANCO CENTRAL DO BRASIL]. Relatório de Cidadania Financeira, (2018). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/index.html>. Acesso em 15.01.2020.
- CGAP/World Bank (2010), Financial Access 2010. The State of Financial Inclusion through the Crisis. Disponível em: [http://www.microrate.com/media/docs/general/FA\\_2010\\_Financial\\_Access\\_2010\\_Rev.pdf](http://www.microrate.com/media/docs/general/FA_2010_Financial_Access_2010_Rev.pdf)

- CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC, (2019). Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-3>. Acesso em 15.01.2020.
- Cozby, P. (2006). Métodos de pesquisa em ciências do comportamento. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Fávero, L. P. et al. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para a tomada de decisões. Rio de Janeiro: Campus.
- Diniz, E., Birochi, R., Pozzebon, M. (2011). Triggers and barriers to financial inclusion: The use of ICT-based branchless banking in an Amazon county. *Electronic Commerce Research and Applications* 11 (2012), 484–494. <https://doi:10.1016/j.elerap.2011.07.006>
- Educação Financeira para Toda a Vida. (2019, 25 de outubro). Sobre o Projeto. <http://ufpb.br/educacaofinanceira/contents/menu/educacao-financeira/Sobre>
- Limonta, S. (2013). Ensino e Aprendizagem na Escola de Tempo Integral: mais tempo para o Conhecimento e o Desenvolvimento, XI Jornada do Histedbr - A Pedagogia Histórico Crítica, a Educação Brasileira e os desafios da sua Institucionalização. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/9/artigo\\_simposio\\_9\\_505\\_sandralimonta@gmail.com.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/9/artigo_simposio_9_505_sandralimonta@gmail.com.pdf)
- OECD (2005), *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*: OECD. Paris. <https://dx.doi.org/10.1787/9789264012578-en>
- OECD. (2013). *Promoting Financial Inclusion through Financial Education: ECD/INFE Evidence, Policies and Practice*. Paris. <https://doi.org/10.1787/5k3xz6m88smp-em>.
- OECD. (2016). *OECD/INFE International Survey of Adult Financial Literacy Competencies*. <http://www.oecd.org/finance/financial-education/oecd-infe-survey-adult-financial-literacy-competencies.htm>
- OECD. (2017). *PISA 2015 Results (Volume IV): Students' Financial Literacy*, PISA, OECD Publishing, Paris. <https://dx.doi.org/10.1787/9789264270282-en>.
- OECD (2019), *PISA 2018 Results (Volume I): What Students Know and Can Do*, PISA, OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/5f07c754-en>.
- Pesquisa Global de alfabetização financeira no mundo todo, Gallup World Poll (2015). [https://responsiblefinanceforum.org/wpcontent/uploads/2015/12/2015Finlit\\_paper\\_17\\_F3\\_SINGLES.pdf](https://responsiblefinanceforum.org/wpcontent/uploads/2015/12/2015Finlit_paper_17_F3_SINGLES.pdf)
- Plano Real, fim da inflação e conquista da estabilidade econômica, (2009). Disponível em: <http://pag3comunicacao.blogspot.com/2009/>
- Silva, T. P. D., Magro, C. B. D., Gorla, M. C., & Nakamura, W. T. (2017). Nível de educação financeira de estudantes do ensino médio e suas reflexões econômicas. *Revista de Administração (São Paulo)*, 52(3), 285-303.
- Savoia, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. D. A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*.

Serasa Experian. (2019, 27 de agosto). Um em cada cinco inadimplentes no Brasil tem entre 41 e 50 anos, revela Serasa Experian. <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/um-em-cada-cinco-inadimplentes-no-brasil-tem-entre-41-e-50-anos-revela-serasa-experian>

Universidade Federal da Paraíba – UFPB. (2019, 29 de julho). Criada pela UFPB, Olimpíada Brasileira de Educação Financeira tem 40 mil inscritos. <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/promovida-pela-ufpb-olimpiada-brasileira-de-educacao-financeira-tem-40-mil-inscritos>